

A experiência do projeto de extensão Loucura e Cidadania e a defesa dos direitos humanos de pessoas em sofrimento mental autoras de delitos

Anna Luiza Castro Gomes¹, Ana Valeska de Figueirêdo Malheiro, Olívia Maria de Almeida², Rayanne Vieira Santos³

Desde o surgimento dos manicômios no Brasil, as práticas em saúde mental se pautaram na exclusão e na violação dos direitos humanos das pessoas em sofrimento mental. Com o fim do século XVIII e início do século XIX, o enclausuramento e o ocultamento de pessoas em manicômios foram amparados pela ideia de que esses seriam espaços de “proteção” e cuidado, através de um tratamento que curasse a loucura daqueles sujeitos. O manicômio, se apropriando do discurso da garantia de segurança à sociedade, se legitimou como instrumento de defesa social do “perigo” que a loucura traria consigo. O discurso opressor pautado na periculosidade do/a louco/a teve, e ainda tem sua base justificadora na ideia de oferecer proteção à sociedade através da punição e isolamento das pessoas consideradas socialmente perigosas e indesejadas em instituições asilares. Ademais, a relação entre periculosidade e loucura permanece como centro da legislação penal brasileira, fundamentando o instituto da medida de segurança e a manutenção dos antigos manicômios judiciais, atuais Estabelecimentos de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. A partir do Movimento da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, que objetivam repensar o cuidado em saúde mental e a própria psiquiatria, de modo a superar o modelo hospitalocêntrico tradicional e redirecioná-lo na perspectiva da atenção integral em saúde mental, o Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania tem realizado atividades de Assessoria Jurídica Popular junto às pessoas em sofrimento mental que fazem uso dos serviços de saúde mental na cidade de João Pessoa, bem como dos profissionais que atuam nesses serviços. O Grupo compõe o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba e é formado por estudantes de Enfermagem, Psicologia, Direito e Serviço Social. Desde o ano de 2012, com a realização de oficinas que utilizam métodos da Educação Popular e da Educação em Direitos Humanos, o Grupo esteve em contato com casos de mulheres em conflito com a lei, que estavam internadas no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira. O presente trabalho aborda a

¹ Professora Adjunta do Departamento de Enfermagem de Saúde Pública e Psiquiatria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e coordenadora do Projeto de Extensão “Cidadania e Direitos Humanos: Educação Jurídica Popular no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III David Capistrano da Costa Filho”. E-mail: annaenf@gmail.com

² Estudantes do curso de Direito da UFPB e extensionistas colaboradoras do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania. E-mail: valeska.figm@gmail.com; oliviaa_almeida@hotmail.com.

³ Estudante do curso de Direito da UFPB e extensionista bolsista do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania. E-mail: rayannevsantos@hotmail.com.

atuação de extensionistas na jornada reivindicatória por direitos, especialmente o direito de acesso à justiça e o cuidado em saúde mental, e na articulação dos mecanismos de garantia de direitos, a partir de um caso emblemático de uma mulher que passou por instituições prisionais e manicomiais da Paraíba entre 2011 e 2014. Na busca pelo acesso à justiça, que não se concretiza apenas com o acesso ao Poder Judiciário, mas também com o conhecimento dos seus direitos e dos mecanismos que os garantem, o grupo se articulou com o Tribunal de Justiça e a Vara de Execuções Penais, a Secretaria Estadual de Saúde Mental e a Defensoria Pública, para dar visibilidade e movimentação ao caso. Após o diálogo entre tais órgãos, foi possível observar a necessidade e possibilidade de reorientação do modelo manicomial no estado para além das instituições fechadas. Atualmente, a mulher aguarda em liberdade o julgamento, atendendo assim o devido processo legal e os princípios da Reforma Psiquiátrica, que prioriza o cuidado em liberdade em detrimento do modelo hospitalocêntrico.

Palavras-chave: acesso à justiça, assessoria jurídica popular, direitos humanos, mulheres com sofrimento mental autoras de delitos